

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 101.026 - DF (2018/0184774-0)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : ANGELO LUIZ MICHELATO DE LIMA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : IRONI PEREIRA E OUTRO(S) - GO010631  
STALYN PANIAGO PEREIRA - MT006115B  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANGELO LUIZ MICHELATO DE LIMA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (HC n. 0706953-40.2018.8.07.0000).

Infere-se dos autos que, no âmbito da investigação policial denominada "Operação Caça às Bruxas", o Juízo da 2ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal, no dia 13/4/2018, decretou a prisão preventiva do recorrente, em razão da suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem buscando a revogação da custódia cautelar, contudo a ordem foi denegada conforme o acórdão assim ementado (e-STJ fl. 463):

**HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. OPERAÇÃO CAÇA AS BRUXAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. PROVAS QUE APONTAM O POSSÍVEL ENVOLVIMENTO DO PACIENTE COM O TRÁFICO DE DROGAS. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. DESCABIMENTO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.**

1. Mostra-se devidamente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, porquanto demonstrado o perigo à ordem pública, evidenciado pelas inúmeras conversas telefônicas que já vinham sendo travadas há tempos através de aplicativos e redes sociais pelo paciente e demais envolvidos, a indicar o seu envolvimento com o intenso tráfico de drogas.

2. Uma vez demonstrado que há nos autos elementos que autorizam a manutenção da custódia cautelar do paciente, para garantia da ordem pública, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

3. Quando presentes os requisitos da prisão cautelar, as alegadas condições favoráveis, como primariedade, residência fixa e ocupação lícita, não fragilizam a ordem de prisão preventiva, bem

# Superior Tribunal de Justiça

como não ensejam nenhum tipo de ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência, tendo em vista o seu caráter estritamente cautelar.

4. *Habeas corpus* conhecido. Ordem denegada.

No presente recurso, alega-se que *"não se individualiza a necessidade prisional do RECORRENTE, tratando-o como qualquer outro denunciado, ainda que vivencie situação diversa, quando se percebe que cogita-se ao mesmo a prática de estabilidade associativa ao crime de tráfico, mesmo que a própria denúncia aborde, no máximo, a figura descrita em artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006, não se admitindo que recaia sobre o RECORRENTE considerações que não restaram lhe atribuídas, não existindo em relação ao mesmo 'forte envolvimento dos investigados em situação típica de tráfico de drogas e de associação para a realização do referido crime', também não sendo inerente ao que se atribui ao RECORRENTE a existência de 'comprovantes de postagens de drogas pelos Correios, as informações a respeito de contas bancárias para viabilização de pagamentos dos entorpecentes', pois não é o que se identifica na acusação, que restou delimitada através da Denúncia"* (e-STJ fl. 499).

Requer-se, em caráter liminar, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o necessário alvará de soltura.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 536/539).

Parecer ministerial pelo não provimento do recurso (e-STJ fls. 544/548);

Informações prestadas (e-STJ fls. 552/554).

É, no essencial, o relatório.

Conforme informações prestadas pelo Juízo da 2ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal (DF), verifico que o recorrente foi colocado em liberdade por meio da concessão da ordem de *habeas corpus* pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Informou, ainda, o Juízo processante que a ação penal referente ao presente recurso encontra-se atualmente na fase de alegações finais pelo Ministério Público e pelas defesas.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dessarte, é patente que o presente recurso está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

